



102

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

Agravo nº 307705-4

Agravante: Banco Santander Leasing S/A - Arrendamento Mercantil

Agravado: Ideal Commerce Indústria e Comércio Importação e Exportação de Alimentos Ltda. - EPP E OUTROS

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM EXAME DO MÉRITO. ART. 267, I, CPC. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. Tendo a parte autora permanecido inerte, não obstante a regular intimação de seu patrono, via diário de justiça eletrônico, do despacho que determinou a emenda da petição inicial, correta a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito.
2. É desnecessária a intimação pessoal da parte quando se tratar de extinção do processo por indeferimento da petição inicial. A regra inserta no § 1º, do art. 267, do CPC, não se aplica à hipótese do parágrafo único do art. 284 do CPC.
3. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

P. R. I.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator



103

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

Agravo nº 307705-4

Agravante: Banco Santander Leasing S/A - Arrendamento Mercantil

Agravado: Ideal Commerce Indústria e Comércio Importação e Exportação de Alimentos Ltda. - EPP E OUTROS

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto pelo BANCO SANTANDER LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL contra decisão terminativa desta relatoria (fls. 66/68) que negou seguimento ao Apelo nº 307705-4, mantendo a sentença exarada pelo Juízo *a quo* que indeferiu a petição inicial de Ação de Execução de Título Extrajudicial, extinguindo-a sem resolução de mérito, com fundamento nos arts. 284, parágrafo único, 295, I e 267, I, todos do CPC.

Em suas razões recursais, o Agravante argúi que a decisão impugnada merece reforma, posto que não obedece aos preceitos jurídicos norteadores da matéria. Sustenta, ainda, que, para o processo ser extinto por abandono, é necessário requerimento do réu, o que não ocorreu no caso *sub examine*.

É o relatório.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator



104

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

Agravo nº 307705-4

Agravante: Banco Santander Leasing S/A - Arrendamento Mercantil

Agravado: Ideal Commerce Indústria e Comércio Importação e Exportação de Alimentos Ltda. - EPP E OUTROS

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

Des. José Fernandes de Lemos (Relator)

No caso *sub judice*, o autor/apelante foi intimado a complementar à peça vestibular, para juntar aos autos o Contrato de Arredamento Mercantil Financeiro, documento essencial para o deslinde da questão, em sua integralidade. Como o Recorrente não cumpriu a diligência, o Juízo *a quo* indeferiu o petitório inicial, extinguindo o feito sem incursão meritória, nos exatos termos do que preceitua o art. 284, parágrafo único c/c art. 267, I, do CPC.

Conforme destacado na Decisão Monocrática combatida, não se aplica a regra inserta no § 1º, do art. 267, do Digesto Processual Civil às hipóteses contidas no art. 284, parágrafo único e art. 267, I do mesmo diploma legal, sendo, portanto desnecessária a intimação pessoal do autor para emendar a Inicial.

Nesse sentido, colaciono os arestos seguintes:

PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM EXAME DO MÉRITO. ART. 267, I, CPC. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. TENDO A PARTE AUTORA PERMANECIDO INERTE, NÃO OBSTANTE A REGULAR INTIMAÇÃO DE SEU PATRONO, VIA DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO, DOS DESPACHOS QUE DETERMINAVAM A EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL, CORRETA A SENTENÇA RECORRIDA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO 2. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJ-DF - APC:



105

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

20120710221938 DF 20120710221938APC, Relator:
Desembargador não cadastrado, Data de Julgamento: 12/06/2013,
Órgão não cadastrado, Data de Publicação: Publicado no DJE:
26/06/2013 . Pág.: 122).

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONFIRMA SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO COM BASE NO ART. 267, I/CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. IMPROVIMENTO DO AGRAVO. 1. É desnecessária a intimação pessoal da parte quando se tratar de extinção do processo por indeferimento da petição inicial. A regra inserta no § 1º, do art. 267, do CPC, não se aplica à hipótese do parágrafo único do art. 284 do CPC. 2. Agravo improvido. (TJ-PE - AGR: 2749328 PE 0013422-77.2012.8.17.0000, Relator: José Fernandes, Data de Julgamento: 19/12/2012, 5ª Câmara Cível).

No tocante ao argumento de que é necessário o requerimento do réu para que o Magistrado extinga o processo por abandono, melhor sorte não assiste ao agravante: o feito foi extinto com fundamento no art. 267, I do CPC, ou seja, por indeferimento da Petição Inicial e não por inércia processual.

Feitas tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao presente agravo, mantendo a decisão monocrática recorrida em todos os seus termos.

É como voto.